

# ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

## As novas tecnologias reprodutivas e a velha oposição natureza/cultura na visão de M. Strathern

Fabíola Rohden  
Instituto de Medicina Social  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

### Introdução

A antropologia tem sido cada vez mais levada a tratar de fenômenos surgidos recentemente e que, muitas vezes, perturbam os esquemas de compreensão das representações sociais já estabelecidos. Na área da produção científica de ponta, isto tem sido uma constante. As novas tecnologias reprodutivas, em particular, têm atraído bastante interesse. Isto porque ensejam discussões em torno da relação entre natureza e cultura, sexo, gênero e parentesco, e tantos outros temas caros aos antropólogos. O problema é que os trabalhos não raro ficam presos a análises mais circunscritas, deixando de fazer as necessárias conexões com uma discussão teórica mais abrangente, a qual dê lugar ao entendimento dos significados mais amplos de tão impactantes mudanças.

São estas questões a fazer com que o trabalho de M. Strathern se torne tão relevante para os estudos da área. As suas reflexões sobre as novas tecnologias reprodutivas não são apenas importantes para entendermos este novo fenômeno da história da humanidade mas, sobretudo, trazem pistas fundamentais para qualquer discussão em torno da relação entre natureza e cultura. O pioneirismo dos seus trabalhos relativos a este tema, e particularmente o alcance explicativo das suas proposições fazem com que a sua obra mereça novas incursões. Na análise que se segue, privilegio os argumentos da autora que são invocados para dar conta do amplo debate cultural acerca das novas técnicas oferecidas pela ciência.

Recorro aos principais textos de M. Strathern que tratam das novas tecnologias reprodutivas e temas afins. Primeiramente, destaco os elementos comuns em torno aos quais se aglutinam as suas idéias e que estão presentes em todos os textos. Em seguida, sintetizo algumas das suas principais incursões analíticas que englobam diferentes problemas implicados nos avanços científicos

concernentes à procriação. E por último, traço alguns comentários sobre a sua produção face ao “construcionismo” e à produção acadêmica feminista.

Ao pensar sobre as novas tecnologias reprodutivas, a autora trata da relação entre natureza e cultura, do parentesco, da oposição indivíduo/sociedade e da própria diferença “nós/eles”, traçando comparações entre o universo cultural euro-americano e dados retirados das suas etnografias sobre a Melanésia. Essa amplitude de temas é o que mais surpreende o leitor que se depara com a sua produção sobre as novas tecnologias. Um assunto que aparentemente poderia ser visto como muito específico, interessante apenas para casais inférteis, médicos, legisladores e feministas, é articulado a prognósticos ou preocupações sobre a durabilidade das relações sociais de parentesco que constituem a cultura nativa da antropóloga. Além da extensa gama de temas entrecruzados, salta aos olhos também uma diferença de perspectivas da autora: enquanto em alguns momentos a marca de um tipo de produção antropológica mais analítica e comparativa toma lugar, noutros predomina uma visão mais envolvida com preocupações concretas com o mundo atual, a partir das possibilidades culturais sem precedentes que o avanço científico faculta. Estas diferenças, que ficam claras nos artigos, são explicitadas pela própria autora no prefácio e na introdução de *Reproducing The Future* (1992a; 1992b).

Quanto ao lugar que a Antropologia ocupa neste debate, há uma passagem que condensa o que vai ser trabalhado mais longamente:

New procreative possibilities — fertilization *in vitro*, gamete donation, maternal surrogacy — formulate new possibilities for thinking about kinship. At the same time, and inevitably, possibilities are imagined through ideas already in existence and already part of a cultural repertoire. As cultural facts, such ideas inform our representations, descriptions and analyses of kinship, and the future of kinship lies in their future too. The same issues also open up larger questions about how to think the interaction between ‘nature’ and ‘culture’ as such. Anthropologists have their own investment in the concept of culture, and questions are in turn raised about how anthropology will reproduce its concepts in the future (1992a:vii).

É dentro deste quadro que se encaixam as suas reflexões ensejadas pelas novas possibilidades culturais oferecidas pelas tecnologias reprodutivas – reflexões estas que se iniciam com uma discussão sobre a noção de cultura.

**Natureza/cultura: um novo contexto**

No artigo *Parentesco por iniciativa: a possibilidade de escolha dos consumidores e as novas tecnologias da reprodução* (1991a:1013), M. Strathern afirma que cultura “consiste na forma como são estabelecidas analogias entre as coisas; ou, por outras palavras, na forma como certos pensamentos são utilizados para formular outros”. A cultura seria também constituída pela possibilidade de criação de imagens que realizam a mediação com a experiência. Os artefatos e as relações produzidos neste processo têm sempre consequências culturais, na medida em que permitem pensar sobre outros artefatos e relações. É neste sentido que recorremos sempre à metáfora, enquanto um meio de conferir algo de concreto ao contraste de opiniões<sup>1</sup>. Em *Introduction: Artificial Life* (1992b:2-3) Strathern repete que fazer analogias é central para a vida cultural, e segue descrevendo como, no século XX, é comum para os euro-americanos justaporem imagens referentes ao orgânico e inorgânico. O contraste entre o que é tido como natural e como socialmente construído aparece como um alicerce fundamental para este universo cultural. E aparece de forma especial no caso do parentesco. Os sistemas de parentesco e as formas de família são pensados como arranjos sociais que têm como base a reprodução biológica. Esses arranjos são vistos como passíveis de assumirem formas diversificadas em culturas e sociedades diferentes, embora sempre assentados sobre uma mesma e única referência, que são os “fatos naturais” da vida.

A grande questão que M. Strathern propõe é, então, sobre como ficam essas suposições diante das novidades trazidas pelo avanço da tecnologia. Se a cultura consiste em justapor idéias de diferentes domínios, e, no caso do parentesco, relações sociais fundamentadas em bases naturais, o que acontecerá quando combinações jamais vistas forem efetivadas? As novas formas de justaposição do cultural/natural, social/biológico, que as novas maneiras de reproduzir supõem quando médicos e cientistas passam a intervir no domínio do que era tido antes como natural ou biológico, provocam novas reflexões ou imaginações culturais que geram metáforas e analogias muito poderosas. Essas metáforas e analogias, criadas no domínio das idéias, não ficam isoladas aí e sem consequências. Ao contrário, fornecem parâmetros para que novas possibilidades de práticas culturais entrem em curso. M. Strathern pergunta-se, então, sobre os limites ou os resultados desse tipo de fenômeno para a sociedade euro-americana (1992b:3).

Tomando como foco de análise o debate parlamentar e da opinião pública que giraram em torno do *Human Fertilisation and Embryology Act*, editado em 1990, a autora agrupa imagens e metáforas que ilustram um quadro da sociedade britânica, refletindo sobre as implicações dos recentes avanços tecnológicos. Começa falando de como o conceito de euro-americano parentesco é um híbrido de diferentes elementos, um fato da sociedade enraizado em fatos da natureza. Na verdade, esta conexão entre cultura e natureza é reproduzida em um conjunto muito maior de idéias<sup>2</sup>. A família, por exemplo, é tanto constituída por relações produzidas pela procriação (algo do domínio do natural), quanto uma unidade de organização doméstica e financeira (algo do domínio da cultura ou sociedade). Mas o elemento comum a todas essas representações é a constatação de que haveria uma base natural sobre a qual seriam erigidas as relações humanas. Deste modo, fatos como relação sexual, transmissão genética e nascimento eram tomados como fundamentos das relações entre esposos, irmãos, pais e filhos. A conexão entre fatos naturais e culturais era inerente a qualquer afirmação pública sobre o assunto, o que indicava em que medida as idéias sobre o parentesco oferecem uma teoria das relações da sociedade com o mundo natural e com os tempos passado, presente e futuro (1992b:5).

A novidade é que a partir da medicina reprodutiva "the way in which changes in this field are conceptualized, and the way the choices that assisted reproduction affords are formulated, will affect thinking about kinship. And the way people think about kinship will affect other ideas about relatedness between human beings." (Strathern 1992c:15). A característica principal deste processo é que o que era visto como garantido, como dado, a base natural imutável, agora torna-se passível de intervenção, e pode ser controlado pela administração humana. A perda da garantia deste fundamento é a grande constatação que M. Strathern faz no conjunto dos seus textos sobre novas tecnologias reprodutivas. Mas, quanto aos resultados desta ruptura, a sua análise passa por pontos bastante distintos: novas formas de definição da parentalidade<sup>3</sup> biológica e social; a possibilidade de se ter filhos como uma opção importante para uma sociedade de consumo; o valor da capacitação; as transformações na relação entre passado e presente; a fragmentação do processo reprodutivo; as novas formas de disparidades entre os gêneros; e, finalmente, o dilema com que o parentesco se depara diante

da possibilidade de procriação sem intercurso sexual. Estes são alguns dos temas analisados com mais rigor pela autora, e que pretendo investigar em seguida.

### O "fim" do dado natural e as novas formas de parentalidade

Em *Kinship Assisted* (Strathern 1992c) M. Strathern trata de como as novas tecnologias reprodutivas afetam os significados do que é pensado como social e biológico em relação à parentalidade. Até ao século XX, não parecia haver muitas dúvidas sobre o que era ser um pai do ponto de vista de quem assume este papel social perante a criança, tampouco do que era ser um pai natural ou biológico, no sentido de quem foi o gerador da criança. Mas com a possibilidade de intervenção no processo de reprodução, e a fragmentação deste processo em diferentes etapas, criam-se novas dúvidas sobre estas identidades.

É o caso, por exemplo, da diferenciação entre o que é parentalidade biológica e parentesco natural. Até a bem pouco tempo, não havia uma distinção clara entre os domínios do natural e do biológico, e o pai e mãe biológicos da criança podiam ser chamados de pais naturais. Já quando entra em cena uma doação de óvulos ou sêmen, ou uma mãe substituta, que empresta o seu corpo para gerar o filho de outra mulher, uma nova ambigüidade sobre o natural é formulada. É preciso, então, evidenciar a categoria distinta do pai biológico, o doador do material genético, que não é mais equivalente ao pai natural (Strathern 1992c:19-20).

A tecnologia passa a intervir naquilo que era tido como o fundamento sagrado das relações humanas. Os fatos naturais são agora assistidos pelos avanços médicos e científicos. Mas as consequências não param por aí. Os fatos sociais relativos ao parentesco passam também por uma reavaliação. A legislação passa a estabelecer diretrizes para julgar quem pode ser reconhecido como pai social de uma criança e quem tem o direito legal de cuidar do seu crescimento e educação, já que os candidatos à paternidade podem ser vários e de diferentes tipos. Há dúvidas entre reconhecer as escolhas e preferências pessoais dos indivíduos envolvidos ou dar preeminência às necessidades naturais da criança. Estas necessidades de crescimento e desenvolvimento acabam-se tornando novamente uma base natural sobre a qual a legislação define quem vai ser legalmente reconhecido como pai. Num certo sentido, há uma assimetria na forma de avaliação entre os níveis biológico e social.

Isto fica mais claro quando comparamos paternidade e maternidade (Strathern 1992c:24-26).

Antes das novas tecnologias reprodutivas, o envolvimento biológico de uma mãe dificilmente era discutido, não acontecendo o mesmo com a presumida paternidade de um homem. Enquanto este precisava provar a sua descendência, prova esta na qual dependia do testemunho da mulher, a mãe era fatalmente reconhecida como aquela que tinha gestado a criança durante nove meses e que tinha dado à luz. Porém, nas últimas décadas, a maternidade também é cindida em diferentes processos e constitui-se num novo foco de dúvidas. A mulher que doa o material genético e a que engravida podem não ser mais a mesma. O que era tido como fato biológico e natural passa agora por uma subdivisão. Também faz parte do social, já que está cercado por intervenções técnicas de diversos tipos. O estatuto do nascimento como um fato natural já não é mais o mesmo.

### **A intervenção no natural e a imposição da opção**

Uma das preocupações de M. Strathern ao refletir sobre as novas tecnologias reprodutivas refere-se ao fato de estas últimas se apresentarem como uma resposta aos desejos humanos, aos desejos de ter mais filhos ou escolher o sexo da criança, por exemplo. Tais desejos expressam-se basicamente na noção de opção, na maximização das escolhas possíveis. A tecnologia desloca-se da produção meramente industrial para chegar até à reprodução humana, à criação de corpos com vida. Ela consiste no instrumento que capacita as pessoas a preencherem os seus desejos. Não obstante, quais são as consequências éticas desse fenômeno e quais os limites para estes desejos, já que de agora em diante as barreiras do que era imutável estão rompidas? Estes questionamentos aparecem tanto em *Future kinship and the study of culture* (1992d) quanto em *Parentesco por iniciativa: a possibilidade de escolha dos consumidores e as novas tecnologias da reprodução* (1991a).

Especialmente neste último artigo, a autora discute o caráter prescritivo das novas formas de opção. Recorre novamente à idéia de que até a pouco tempo, para os euro-americanos, o parentesco e a sua base biológica eram áreas incontornáveis, para chamar a atenção para o caráter inovador das escolhas possíveis de agora. Mostra como as qualidades essenciais que definiam as pessoas e as coisas eram percebidas como do domínio da natureza, e

portanto intrínsecas. Estes fatos naturais, juntamente com a associação entre parentesco e dado natural, simbolizavam a imutabilidade das relações sociais, uma metáfora poderosa que fornecia certas garantias para a vida social. M. Strathern (1991a) pergunta-se o que acontece quando, por exemplo, a criança se torna o resultado de uma opção mais amplamente controlada pelos pais, ou a família pode ser escolhida a partir de novos modelos possíveis – o parentesco deixando de ser imutável:

Se até agora o parentesco foi um símbolo de tudo aquilo que *não se pode* alterar nas questões sociais, se a biologia foi um símbolo dos parâmetros fundamentais da existência humana, o que irá significar para a forma como interpretamos qualquer das nossas relações com os outros o fato de pensarmos que a procriação é a concretização de uma opção e a constituição genética um resultado de uma preferência cultural? Como iremos pensar naquilo que é inevitável nas relações e, efetivamente, imutável nas relações — uma questão que tem implicações para a forma como as pessoas vêm as suas obrigações e responsabilidades recíprocas? (Strathern 1991a:1014)

Diante desta questão, a autora passa a investigar mais detidamente o que representa este conceito de opção. Afirma que é uma categoria que faz parte de uma matriz mais ampla de ideologias correntes, ou seja, a cultura da iniciativa. Esta implica na valorização da preferência ou da escolha de cada indivíduo, na noção de clientes à procura de novos serviços, no dinheiro como o que dá acesso à opção e, enfim, em consumidores e produtores que vivem em função das escolhas uns dos outros (Strathern 1991a:1015). No caso das novas tecnologias reprodutivas, isto caminha para se fazer equivaler o estatuto de pessoa à capacidade de reprodução. Assim, pessoas passam a ser valorizadas e diferenciadas pela capacidade de ter filhos, por serem fecundas ou estéreis. Já não há mais a impossibilidade marcada na natureza. A tecnologia apresenta muitas alternativas à disposição. A pessoa valorizada é aquela dotada de iniciativa, que não apenas sabe escolher entre as várias possibilidades disponíveis, mas que põe em prática a sua opção através do consumo. Para esta pessoa, não existe a opção de não consumir. Tudo está encapsulado dentro de uma mesma ideologia, mostrando o amplo alcance dessas representações. Segundo Strathern,

A noção de que não temos a opção de não consumir é uma outra versão da sensação de que não temos a opção de não fazer uma opção. É nisto que a analogia do mercado faz ruir todas as outras analo-

gias, pois a opção é concebida como a única fonte de diferença. Por exemplo, o Relatório Glover<sup>4</sup> faz um esforço especial para comentar a comercialização de transações que envolvam gametas — e não é difícil encontrar motivos pelos quais se deva desencorajar esse comércio. Mas a questão reside sem dúvida no fato de a analogia do mercado já ter produzido os seus frutos: pensamos tão livremente em oferecer e comprar produtos e serviços que as transações envolvendo gametas se apresentam logo como um ato de comércio. Toda a ação de retaguarda destinada a proteger a idéia de família da idéia de exploração financeira, a conceber novamente essas transações como atos altruístas ou de amor, ou como dádivas reais entre as pessoas, surge *a posteriori* — não existem outras analogias a que se possa recorrer (Strathern 1991a:1017).

Além disto, a autora comenta que este consumismo prescritivo está direcionado para a apreciação de determinadas qualidades do produto. Há uma discriminação de pessoas e coisas com base no que corresponde mais ou menos às expectativas culturais. Alguns produtos, de todos os tipos, passam a receber o rótulo de que são melhores ou mais bem dotados do que outros, indicando que há versões melhoradas, otimizadas e distintas de outras menos valorizadas. Instaura-se a possibilidade de sempre acrescentar mais, ou melhorar qualquer objeto. Com isto, há um colapso da diferença entre o que é essencial e o que pode ser acrescentado, uma diferença que até então era fundamental para as representações da cultura euro-americana. A antiga natureza incontrolável transforma-se na nova natureza comercializada, que já não é mais nem natureza e nem cultura, distintamente. Outra consequência disto é que se rompe também com a noção de destino nas relações humanas. O destino de cada um agora é cada vez mais tolerar os resultados, nem sempre esperados, das opções e iniciativas realizadas pelos outros.

### **As novas tecnologias reprodutivas e a relação passado/presente:**

Em *New certain for old? The case of enabling technology*, M. Strathern (1994a) discute como a capacitação para a opção põe em curso argumentos sobre tradição e modernidade que caracterizam um recente deslocamento sobre a visão social do mundo. A autora critica o conceito de sociedade tradicional como algo pré-concebido para tratar de diferentes sociedades e o contextualiza como parte de um projeto euro-americano. Este universo cultural se caracte-

riza por tentar fazer uma sociedade de acordo com os seus próprios desejos, na qual a oposição moderno/tradicional tem uma utilidade prática. É o que diferencia e define esta sociedade:

Making society into a project — not the polis, or a kingdom or the state, but society — is where Euro-Americanism began. Now insofar as this enterprise was thought to bring a new threshold of awareness, along with the project came a new form of endeavor or ability, modernism. Traditional becomes the epithet applied to those in a state of existence before such awareness (Strathern 1994a:8).

Este projeto tem sido mais satisfatório quanto mais os regimes culturais modernos têm conseguido lidar com a tradição como um tipo de valor especial que precisa ser negociado. O tradicional funciona então como um meio para se lograr seguir adiante rumo à modernidade. É o que M. Strathern (1994a:8) chama de “abarcamento (*encompassment*) amigável da tradição”, que permite aos euro-americanos detectar o que é tradicional ou não. A continuidade com o passado (a tradição em geral é associada ao passado) identifica especialmente certas formas culturais como o parentesco e a vida de família. As novas tecnologias reprodutivas mais uma vez são as instauradoras de mudança, já que possibilitam que se pense nessas áreas como lugares de rupturas sem precedentes.

Outro ponto discutido por M. Strathern é que, antes desta mudança cultural, era mais fácil delimitar o que estava baseado em relações de status e relações de contrato, traduzido no que estava do lado do valor inerente e do lado do valor de mercado. Hoje em dia, há uma ambivalência, com afirmações simultâneas do predomínio do status e do contrato. E não é só isto. Segundo M. Strathern, atualmente, estão circulando noções de mais status, de mais contrato, de mais tradição e de mais modernidade, de mais pensamento essencialista e de mais pensamento relacional. Em resumo, um excesso, um “mais tudo” que, inclusive, traz mais certezas e mais incertezas. É o caso dos crescentes avanços tecnológicos, que geram a possibilidade de ter a máxima certeza sobre a paternidade de alguém mas, simultaneamente, produzem cada vez mais novas dúvidas sobre os diferentes tipos de pais, ou então deixam pairando no ar as incertezas sobre o que as novas descobertas podem vir a acarretar. Os domínios natural e biológico, por um lado, e tradicional e moderno por outro, parecem estar misturados no novo jogo de possibilidades, particularmente quando se considera o parentes-

co a partir das novas tecnologias reprodutivas. A autora sintetiza isto a partir do exemplo dos testes de paternidade:

Knowledge that comes from such testing gives a modern way (genetic identification) of being certain about a traditional category of parentage (biological fatherhood); but it is also a traditional way (establishing biological connection) of defining a thoroughly modern kind of parentage (scientifically certain fatherhood). The need to know the genetic connection originally arose in the context of social arrangements that turned on what were regarded as the foundations for family life; the need to know the father arises now in the context, among others, of medical concern to provide persons with as good as possible genetic foundation to their lives. There are several displacements going on here, but taken together the end result seems simultaneously more certainty and more uncertainty (Strathern 1994a:19-20).

### **A fragmentação do processo reprodutivo e a produção de uma nova teoria nativa:**

Uma das conseqüências implicadas na reprodução assistida é a divisão em partes distintas de um processo que antes era pensado como contínuo. Com o objetivo de colocar mais opções à disposição das pessoas, os avanços tecnológicos nesta área têm recorrido à quebra ou cisão da reprodução em diferentes fases: coleta de material genético, mãe substituta, produção de gametas, etc. Trata-se da transformação da capacidade de ter filhos em operações realizáveis com a ajuda de cientistas. A fertilização *in vitro* é um exemplo de uma série de ações que desagregam elementos antes ligados ao corpo de forma contínua – elementos que agora passam a ser cada vez mais o foco das atenções (Strathern 1994b:275; 1992e).

A partir deste tipo de constatação, M. Strathern (1994b) passa a tratar de como as novas tecnologias reprodutivas provocam nas pessoas a necessidade de repensar alguns dos seus conceitos e valores fundamentais. A facilitação da reprodução requer que a sociedade elabore novas formas de conceber a relação entre natureza e cultura. Quando se ouve expressões do tipo “comprar um bebê” ou “adultério de tubo”, caricaturas da reprodução assistida, fica claro um certo deslocamento, uma certa estranheza cultural. Na verdade, as pessoas estão recolocando um debate bastante antigo. Tratar das passagens entre natureza e cultura sempre foi um tema importante para os euro-americanos. A diferença é que agora os termos são outros, já que novas possibilidades de ação estão em

curso. Um dos novos termos criados é a distinção, já citada, entre pais biológicos e sociais.

A autora usa isto para demonstrar como as novas tecnologias reprodutivas e as suas conseqüências são uma área de pensamento e atuação que de maneira especial provoca a reflexão da sociedade. A sociedade euro-americana produz, assim, uma teoria social nativa – operacionalizando conceitos que podem até ser inspirados na reflexão antropológica –, ou cria conceitos novos. Segundo M. Strathern (1994b), a necessidade de relatórios e avaliações que têm sido exigidos do governo pela sociedade expressam nada menos do que a preocupação das pessoas com a própria sociedade de um modo geral, ou com os princípios éticos que devem vir a regular as novas práticas tecnológicas que trabalham com limites tão delicados para a sociedade, como é o caso da fronteira entre natureza e cultura.

As novas tecnologias são vistas, não como um problema para um grupo específico de indivíduos, mas para a sociedade como um todo, e é aqui que reside a peculiaridade deste debate: “One of the interesting dimensions of the late twentieth century about NRT [novas tecnologias reprodutivas] is the way that the problems they posed have been understood as problems *for society*” (Strathern 1994b:274; grifo da autora). M. Strathern procura chamar a atenção dos antropólogos para que fiquem atentos às mudanças relativas ao parentesco, um dos seus temas mais tradicionais, que agora assume um novo contorno na sociedade euro-americana. O parentesco é agora motivo da produção de um novo tipo de teoria social proposta pelos próprios nativos, de um modo sem precedentes no que concerne à articulação entre as dimensões biológicas e sociais.

### **Novas disparidades entre os gêneros:**

Em *Disparities of embodiment: gender models in the context of the new reproductive technologies* (1991b), M. Strathern se centra nas disparidades entre os gêneros que aparecem de uma forma renovada nas idéias sobre a concepção, apesar da ideologia recorrente ser a da paridade. Para os euro-americanos, a criança é formada de contribuições iguais do pai e da mãe. Cada um é necessário para a plena habilitação genética do novo ser. Está presente uma noção de bilateralidade complementar. Isto no plano da doação genética. Contudo, quando se começa a olhar para a corporificação/personificação das dotações genéticas, aparecem elementos diferentes.

A gestação já traz um sentido de assimetria: a mãe parece ser mais mãe do que o pai é pai; ela, além da contribuição genética, é também quem gesta e dá à luz a criança (Strathern 1991b:26-27).

É fácil falar abstratamente sobre a paridade dos papéis masculino e feminino na concepção e de sua complementaridade. Mas quando se visualiza o que homens e mulheres fazem concretamente, a assimetria aparece. A masculinidade e feminilidade personificada nas pessoas revela a disparidade entre os gêneros. Segundo a autora, no exemplo da concepção ficam claros os distintos papéis de homens e mulheres devido ao seu funcionamento corporal. A suposta paridade implícita na noção de dotação genética bilateral é dissolvida nos fatos físicos da concepção e nascimento. Pessoas, papéis e também as suas partes e componentes isoláveis são permeados pelo gênero. Assim como homens e mulheres são passíveis de comparação através do gênero, os genes também sofrem esse tipo de categorização. Genes são encontrados em todas as células do corpo de modo similar, mas se tornam exceção nas células reprodutivas. Estas são corporificadas/personificadas enquanto óvulos e espermatozóides, células completamente diferenciadas umas das outras na nossa representação (Strathern 1991b:28).

A diferença entre paternidade e maternidade é mais explícita e mais importante. A maternidade é percebida como evidente através da gravidez, ao passo que a paternidade tem de ser declarada, seja através da relação pública de casamento ou do reconhecimento privado por parte da mãe. A mãe tem uma ligação de corpo e sangue com o filho. O pai tem apenas uma ligação por suposição. A relação biológica do pai com a criança é estabelecida, então, por meio de uma relação social dele com a mãe. Está em jogo a demonstração de ter realizado um ato sexual com a mulher. Já a maternidade não depende nem desta demonstração sexual, nem de uma ligação social necessária com o pai da criança. Disto decorre que a doação de sêmen, num certo sentido, pode não ser tão problemática: há um paralelo com a contribuição tradicional do pai para a criança, nunca muito clara e definida. A doação torna-se problemática quando entram em cena as implicações das relações concretas entre as pessoas (Strathern 1991b:33).

Quando se passa para este plano efetivo, a inseminação artificial pode ser entendida como uma possibilidade alternativa – ainda que falsa ou equivocada – ao intercuro sexual, na medida em que o doador atua como um marido substituto. No caso do re-

curso à inseminação por parte dum casal que deseja ter filhos, há dúvidas sobre quem recebe a doação: se é a mulher, que de fato recebe a substância doada, ou se é o homem, cuja doação substitui. Parece que, em geral, sempre se pensa no primeiro caso, da mulher como recebedora. E aí entra a questão do possível adultério, já que ela está recebendo o sêmen de um outro homem. Há então uma necessidade clara de se distinguir, nos discursos, este tipo de doação de um possível intercuro sexual. O paralelo com a doação de óvulos é interessante. Na doação de óvulos, quando se pergunta quem é o recebedor o estranhamento é ainda maior. Imagina-se que o pai dá sêmen para a mãe da criança. Em contraposição, não se costuma dizer que a mãe dá óvulos para o pai. Ela os dá, antes, para a criança, o que faz com que a sua atuação se aproxime mais de uma dádiva (Strathern 1991b:34; 1992f).

Pode-se acrescentar ainda que, enquanto no caso da doação de sêmen se procura preservar o anonimato dos envolvidos, especialmente tentando proteger a família da invasão de uma terceira pessoa; no caso da doação de óvulos o que prevalece é a proximidade da doadora, em geral uma irmã ou amiga da futura mãe. Nos documentos que tratam do tema, M. Strathern distinguiu, por um lado, uma noção de perigo associada à doação de esperma, vinculada a uma sexualidade inapropriada (adultério, masturbação e ilegitimidade), e por outro lado uma noção de passividade associada à doação de óvulos, já que nela não está implicada nenhuma forma de atividade sexual ou sexualizável. E mais do que isto, a doação de óvulos é associada a um imaginário de altruísmo da mulher, que se preocupa com as pessoas e procura ajudá-las. Na síntese de Strathern:

The presumed comparability (two types of donation) thus encompassed a difference between parity (the female act was like the male one) and disparity (the female act in being compatible with other female acts was in that sense not really comparable to the male act) (Strathern 1991b:36).

Este papel de doadora pode ainda ser desdobrado e analisado sob o prisma do altruísmo. As mães substitutas podem ser vistas como boas ou naturais na medida em que ajudam a criar uma criança, o que consitui prova de um ato de amor e compaixão pelos interesses dos outros. Ou, então, podem ser vistas como más ou não-naturais, na medida em que fazem a doação "prostituindo" a

maternidade, explorando as suas capacidades para fins estritamente pessoais. O que é comparado são distintos modos de agir, em benefício próprio ou de terceiros. No caso dos homens, dificilmente o seu papel de doador é pensado a partir de valores altruístas. Ao contrário, a sua atitude é vista como um meio de realizar os seus próprios interesses. Os valores associados ao gênero provocam uma avaliação diferenciada do papel de homens e mulheres e entre as próprias mulheres no processo de doação e reprodução. Quanto a isto, Strathern conclui:

In such contexts, gender has consequences for the way persons can be compared to one another. Yet perhaps we should not be content with simply discovering gender at work: we should also ask what its work accomplishes. Against the bilateral reckoning of kin ties, the parity of genetic endowment, equity between persons, in this culture gender introduces non-reducible difference (Strathern 1991b:38-39).

### **O parentesco diante da procriação sem sexo**

Um último ponto que aparece com destaque nas análises de M. Strathern (1995) diz respeito ao que ficou conhecido como síndrome do nascimento virgem. Tratava-se de um grupo de mulheres da Grã-Bretanha que buscavam ter filhos através de técnicas de inseminação artificial sem ter tido relações sexuais. A polêmica veio a público em 1991 através dos jornais, e o seu alcance expressa, segundo Strathern, um dilema muito mais amplo: como ficam os laços sociais de parentesco sem o fundamento da procriação através do sexo?

As novas tecnologias reprodutivas instauram uma situação em que as pessoas que desejam ter filhos não precisam mais necessariamente interagir. Ou, ainda, as interações que ocorrem não precisam ter nenhuma consequência para os relacionamentos que se seguem após a procriação. Em síntese, o processo da concepção não cria mais a parentalidade. Os pais são reconhecidos mais pelas decisões dos médicos do que por relações sociais. Além disto, antes, apenas se conhecia o problema da criança que poderia ser educada por várias pessoas; agora, estamos diante da criança que é concebida por um conjunto de pessoas: pais, mães, médicos, etc. As consequências disto podem ser bastante graves quando se admite que o ato sexual não é uma atividade meramente técnica, que pode ser substituída pela intervenção médica, mas um meio de reproduzir a parentalidade, como o resultado de uma união entre dois indi-

víduos de gêneros diferentes (Strathern 1995:305-307).

As mulheres que procuram as técnicas de fertilização desprezando a relação sexual desafiam essa ordem de significados e essa conciliação com a ordem natural. Uma consequência a mais é que, não existindo nenhum outro homem na relação, o gênero do médico passa a ganhar destaque. São comuns as referências de que o médico é também um gerador da criança, ainda mais neste tipo de casos. Todos estes elementos, segundo Strathern (1995), fazem com que se trate o caso dessas mulheres como uma síndrome, uma perversão, um desvio, uma ameaça à paternidade. Talvez o motivo deste tipo de tratamento seja o fato de que para os europeus é inconcebível um filho sem mãe. Em contraste, a paternidade não se apóia no mesmo tipo de factualidade. A idéia de um filho sem pai é mais corriqueira, não provoca tanta indignação moral, e os atos dos homens não são encarados como perversos. É admissível que o homem possa desejar a relação sexual sem o filho dela decorrente; por outro lado, para a mulher não é permitido desejar um filho sem a relação sexual. O que está implicado aí é que a maternidade vinculada ao sexo é fundamental para a construção da identidade da mulher. A identidade sexual feminina e a função procriativa parecem trabalhar de forma contínua. Já a identidade sexual masculina e a função da paternidade se apresentam de modo descontínuo. O intercurso sexual e os filhos definem culturalmente a identidade da mulher. Por isto, uma mãe sem sexo pode ser uma afronta cultural. De acordo com Strathern (1995:314), a mulher que negar a possibilidade de relação sexual nega também as relações de parcerias que formam os alicerces da vida familiar e, portanto, desta forma de sociedade.

M. Strathern (1995) usa a comparação com os trobriandeses para esclarecer o seu ponto de vista. No caso dos trobriandeses, o filho não é concebido como entre os europeus: ele deseja nascer e só posteriormente o esforço humano para o seu crescimento entra em cena. As relações sociais já estão postas, antes mesmo do seu nascimento. Estas relações e o gênero efetuam as separações entre as pessoas que serão os seus parentes. Para os europeus, a diferença de gênero é tomada como anterior e as relações são criadas através dos esforços das pessoas envolvidas. Tal esforço é reconhecido em termos das motivações consideradas corretas. Daí a importância do desejo da mãe e da noção de concepção. Ou seja, o esforço humano implica em promover o relacionamento que fará o filho. Tudo

o que se segue depois disto é visto como menos importante e parece automático (o decurso da gravidez, por exemplo). O filho, enquanto um indivíduo que necessita de relações, precisa que, enquanto a biologia se desempenhe, os relacionamentos sejam trabalhados (Strathern 1995:326-328). É possível entender, então, por que na cultura ocidental a possibilidade de algumas mulheres desejarem romper com este arranjo social causa tanta polêmica e discussão, provocando a desconfiança sobre a manutenção de alguns parâmetros de relacionamento considerados básicos e imutáveis para esta sociedade.

### **Novos objetos e velhos debates**

Através dos argumentos apresentados foi possível perceber de que maneira as novas tecnologias reprodutivas levantam questões bastante amplas para o conjunto da sociedade euro-americana. Na análise antropológica de M. Strathern, isto ocorre porque estes avanços da ciência tocam em temas de fundamental importância para o pensamento social e para as relações desta sociedade. Trata-se particularmente da passagem entre natureza e cultura, ou entre fatos biológicos e fatos sociais. Ao recolocarem as possibilidades de avaliação dos fatos a partir de novas definições daquilo que é natural ou cultural, as intervenções na reprodução apresentam à sociedade dilemas mais abrangentes.

Esta constatação de M. Strathern tem o mérito de nos fazer pensar em outros termos sobre tecnologia, reprodução, parentesco e relações de gênero. Contudo, é preciso destacar um outro elemento, mais ligado à sua produção antropológica recente, que parece ser um dos objetivos e resultados centrais da sua análise. Faço referência aqui à crítica que elabora ao construcionismo social, que para esta autora é representado tanto pela corrente teórica que assim se define quanto pelo próprio pensamento cultural euro-americano. Já é interessante este seu alinhamento entre uma produção acadêmica e o imaginário dos nativos que também produzem teoria social. Seguindo adiante, o que é definido como construcionismo social é, então, o modo como teóricos e nativos concebem as relações sociais e as conseqüências decorrentes delas a partir do que é tido como fatos naturais imutáveis. M. Strathern, que já criticava esta abordagem por meio da reflexão teórica sobre o parentesco (Strathern 1992h), agora lança mão do debate sobre novas tecnologias reprodutivas.

A grande novidade trazida por estas novas tecnologias para esta discussão é o fato de que aquilo que era considerado a base sobre a qual eram construídas as relações sociais já não é mais incontornável. Não há mais a mesma certeza sobre os fatos naturais. Da concepção até ao parentesco natural, a intervenção da cultura se faz presente. O fundamento, então, está corrompido. Diante disto, a noção de construção a partir dele só pode desabar, já que não tem mais o mesmo tipo de sustentação. A consequência disto para a teoria do construcionismo parece óbvia: o ultrapassamento. Porém, para a sociedade que tinha nessa forma de pensamento uma forma central de elaboração cultural, os resultados são incertos. É neste momento que transparece na reflexão de M. Strathern um certo tom de preocupação com as novas possibilidades a serem construídas dentro desse universo cultural. Como já vimos, pergunta-se, por exemplo, como ficam as relações sociais estabelecidas a partir do parentesco quando a procriação passa a poder ser dissociada do intercurso sexual.

Um último comentário, com referências à discussão sobre o construcionismo, é a inserção da produção de M. Strathern no debate feminista. Mesmo sem pretender ser uma agente deste debate, a autora se vê necessariamente envolvida, já que trata de temas caros às feministas. A sua produção antropológica sobre relações de gênero e agora sobre as novas tecnologias reprodutivas atingem em cheio as pretensões das militantes e acadêmicas feministas. Apesar disto, ou seja, dos temas em comum, as diferenças de perspectivas são muito evidentes. E a principal delas pode ser localizada na crítica que M. Strathern faz ao construcionismo social.

Ao criticar esta corrente num sentido mais geral, a autora atinge também boa parte da produção feminista que se assenta na idéia de algum fundamento sobre o qual as relações de gênero são construídas. Mas para além disto, M. Strathern também se dirige diretamente nos seus textos às autoras que estão produzindo um tipo de reflexão construída a partir da categoria geral "mulher" ou de experiências concretas que seriam comuns às mulheres. Na sua opinião, uma produção empenhada neste ponto de partida já tem os seus resultados analíticos comprometidos, pois generaliza apropriações que só dizem respeito a um determinado contexto (Strathern 1988).

Este tipo de diferenças é remetido pela própria autora aos distintos estilos de produção que caracterizam a antropologia e o feminismo. A primeira, uma disciplina calcada em pressupostos

modernos; o segundo, centrado na polifonia de vozes e engajamento político associados ao pós-modernismo. Destes dois lados, M. Strathern não hesita em escolher o primeiro e tecer críticas ao segundo (Strathern 1987a; 1987b). Porém, o que é mais interessante nos seus artigos sobre o assunto é que, apesar do seu distanciamento crítico do movimento, ela não fica imune ao debate feminista. Ao contrário de muitos cientistas sociais que não dão ouvidos às críticas que vêm de fora da academia, M. Strathern se preocupa em levar a sério as suas oponentes, o que contribui para o avanço das discussões. O resultado é que acaba produzindo um trabalho extremamente poderoso para o debate sobre as relações de gênero, já que recoloca as questões no plano de domínios fundamentais, como o parentesco e as relações entre natureza e cultura. A sua perspectiva comparativa com outras sociedades, especialmente a partir dos seus dados etnográficos sobre a Melanésia, lhe permite ir mais a fundo na análise do imaginário social euro-americano<sup>5</sup>. E além disso, quanto às novas tecnologias reprodutivas, rompe com uma avaliação mais imediatista e militante que apenas apreende as mulheres envolvidas ora como grandes vencedoras, ora como simples vítimas, para mostrar que há muito mais em jogo, em termos quer das concepções de gênero envolvidas, quer das relações sociais mais amplas que fundamentam a sociedade.

## Referências bibliográficas

- STRATHERN, Marilyn. 1980. "No nature, no culture: the Hagen case". In: C. Maccormack & M. Strathern, *Nature, culture and gender*. Cambridge: Cambridge University Press. pp.174-222.
- \_\_\_\_\_. 1984. "Domesticity and the denigration of women". In: D. O'Brien & S. Tiffany (eds.) *Rethinking women's roles. Perspectives from the Pacific*. Berkeley: University of California Press. pp.13-31.
- \_\_\_\_\_. 1987a. "An awkward relationship: the case of feminism and anthropology". *Signs*, vol.12 (2):276-292.
- \_\_\_\_\_. 1987b. "L'études des rapports sociaux de sexe: évolution personnelle et évolution des théories anthropologiques". *Anthropologie et sociétés*, Vol.11(1):9-18.
- \_\_\_\_\_. 1988. "A place in the feminist debate". In: *The gender of the gift*. Berkeley: University of California Press. pp.22-40.
- \_\_\_\_\_. 1991a. "Parentesco por iniciativa: a possibilidade de escolha dos consumidores e as novas tecnologias da reprodução". *Análise social*, vol.XXVI (114):1011-1022.
- \_\_\_\_\_. 1991b. "Disparities of embodiment: gender models in the context of the new reproductive technologies". *Cambridge Anthropology*, vol.15 (2):25-43.

- \_\_\_\_\_. 1992a. "Preface". In: *Reproducing the future. Essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. Manchester: Manchester University Press. pp. vii.
- \_\_\_\_\_. 1992b. "Introduction. Artificial life". In: *Reproducing the future. Essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. Manchester: Manchester University Press. pp.1-12.
- \_\_\_\_\_. 1992c. "Kinship assisted". In: *Reproducing the future. Essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. Manchester: Manchester University Press. pp.14-30.
- \_\_\_\_\_. 1992d. "Future kinship and the study of culture". In: *Reproducing the future. Essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. Manchester: Manchester University Press. pp.44-61.
- \_\_\_\_\_. 1992e. "A partitioned process". In: *Reproducing the future. Essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. Manchester: Manchester University Press. pp.139-162.
- \_\_\_\_\_. 1992f. "Partners and consumers". In: *Reproducing the future. Essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. Manchester: Manchester University Press. pp.118-138.
- \_\_\_\_\_. 1992g. "Between a melanesianist and a feminist". In: *Reproducing the future. Essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. Manchester: Manchester University Press. pp.64-89.
- \_\_\_\_\_. 1992h. "Prologue: making explicit". In: *After nature: English kinship in the late twentieth-century*. Cambridge: Cambridge University Press. pp.1-9.
- \_\_\_\_\_. 1994a. *New certain for old? The case of enabling technology*. Lancaster: Lancaster University Press.
- \_\_\_\_\_. 1994b. "New knowledge for old? Reflections following Fox's reproduction and succession". *Social anthropology*, vol.2 (3):263-279.
- \_\_\_\_\_. 1995. "Necessidade de pais, necessidade de mães". *Estudos Feministas*, vol.3 (2):303-329.

## Notas

<sup>1</sup> Em *Future kinship and the study of culture* Strathern (1992d), cita como exemplos de metáforas importantes para a cultura ocidental, e que articulam artifício e natureza, a noção de corpo orgânico e de funcionamento mecânico dos organismos, presentes em vários momentos da nossa história.

<sup>2</sup> Sobre o debate em torno de natureza e cultura e as suas consequências para se pensar as relações de gênero, ver Strathern, 1980.

<sup>3</sup> Este termo é um neologismo usado para a tradução de "parenthood", ou seja, relativo ao pai e à mãe, na falta de uma palavra equivalente na língua portuguesa. Esta mesma correspondência é utilizada na tradução do artigo de M. Strathern "Necessidade de pais, necessidade de mães", publicado na revista *Estudos Feministas* (1995).

<sup>4</sup> O Relatório Glover é um dos documentos principais analisados por M. Strathern. Foi produzido por J. Glover em 1989 para dar subsídios à Comissão Européia, e que analisaria principalmente as questões éticas levantadas a partir das novas tecnologias reprodutivas (cf. Strathern, 1991a:1011).

<sup>5</sup> Para a análise da sua posição no contexto do debate feminista a partir da produção etnográfica da Melanésia, ver Strathern 1984 e 1992g.

e-mail: fabiola@ims.uerj.br ou frohden@gbl.com.br

Recebido em novembro de 2002

Aprovado para publicação em novembro de 2002